

APRESENTAÇÃO

O ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA: INTERNACIONALIZAÇÃO, MERCADORIZAÇÃO E INCLUSÃO

Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo – UFSJ*

A internacionalização do ensino superior na América Latina ocorre a passos lentos se comparada ao processo de Bolonha na Europa. Muitos são os documentos resultantes de acordos formais nas três últimas décadas entre os representantes dos diferentes países, com a participação de agências supranacionais como a UNESCO, o Banco Mundial, a CEPAL, O MERCOSUL, a UNASUL evidenciando uma tentativa de articulação para a criação de um espaço de educação superior para a região. Os desafios complexificam-se se levarmos em conta a necessária discussão das políticas de inclusão para o ensino superior implementadas a partir dos anos 2000, especialmente no Brasil, país que detém a mais robusta rede de instituições do ensino superior da região. Tal processo de inclusão não ocorreu sem a ampliação do processo de mercadorização do ensino superior, a partir do momento em que instituições privadas com fins lucrativos passaram a ter sua atuação regulamentada no Brasil.

Os nove textos aqui apresentados discutem as dimensões da internacionalização, da mercadorização e da inclusão, tomando-se como referência o processo de Bolonha, política que tem afetado diretamente, e de diferentes formas, a educação superior dos países latino-americanos.

Katlin Cristina de Castilho abre no primeiro artigo a discussão sobre os processos que antecedem o adensamento da integração acadêmica em âmbito global. Com análise documental e revisão bibliográfica, a autora busca compreender o continente latino-americano e caribenho como um todo, em suas dimensões sociais e econômicas, com o olhar atento à educação superior. Seu artigo indica que mais do que identificarmos as assimetrias, as divergências e negligenciarmos a importância das heterogeneidades diante de realidades tão diversas, há de se colocar em pauta os fundamentos epistemológicos que embasam as diretrizes de execução de um espaço comum para a América Latina e Caribe partindo do pressuposto de que este é um processo político e econômico, não neutro.

Na sequência, tem-se o texto de Cristiane Aparecida Machado de Paula, cujo foco principal são as relações entre o Processo de Bolonha na Europa e a implantação do Programa Alfa Tuning na América Latina – PATAL. A autora embasa suas reflexões sobre a influência de Bolonha na América Latina, analisando o Plano pedagógico de um curso de graduação na área da Educação de uma Universidade Federal Brasileira, que de acordo com os documentos estudados, aderiu ao PATAL. A autora conclui que é possível inferir que os princípios norteadores do Programa Alfa Tuning na América Latina, embora tendo sido aprovados por algumas Universidades Brasileiras, não foram introduzidos em seus Projetos Pedagógicos de Curso e, conseqüentemente, não se realizam efetivamente em nosso país.

O foco no modo como o Brasil se apropria do processo de Bolonha continua a ser discutido no texto de Marcos Antonio Martinez Junior, problematizando a noção de currículo por competências. O autor observa que os impactos dessa política não foi tão grande, visto que as universidades participantes das discussões do PATAL não chegaram de fato a implementar seu sistema de ensino e nem tiveram seus currículos afetados em sua grande maioria.

Na mesma perspectiva, o texto de Daniela Fernanda de Almeida Camargo discute que a harmonização da educação superior na América Latina ainda está em curso, mas poucas universidades aderiram ao Processo. E as universidades que aderiram, não o fizeram em todos os cursos de graduação. A autora indica que Nesse processo, a educação tem sido tratada como um produto de troca na circulação do capital evidenciada pela formação aligeirada (três anos de graduação) proposta pelo Processo de Bolonha com base no ensino por competências genéricas e específicas.

O texto de Thiago de Melo Martins introduz a discussão sobre a mercadorização do ensino superior, analisando especificamente o caso do Brasil, a partir das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, como o PROUNI e a expansão desenfreada de instituições privadas no país a partir da sua regulamentação. O artigo discute as políticas de Educação Superior para a segunda década do século XXI, analisa o processo financeiro para além das fronteiras nacionais e infere sobre os impactos da

* Doutora em Educação. Professora Associado da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Bolsista Produtividade CNPq. E-mail: socorronunesmacedoufsj@gmail.com.

mercadorização do Ensino Superior. Por fim faz reflexão sobre os desdobramentos possíveis do mercado sem fronteiras do Ensino Superior.

O foco sobre a comercialização do ensino superior no Brasil continua no texto de Viviane Patrícia Marques Carvalho. O texto possibilita a compreensão do fenômeno da mercantilização do ensino superior no Brasil que, segundo a autora, tem alterado a democratização da educação, enquanto bem público, merecedor da tutela do Estado. O texto conclui que o ensino superior no Brasil está envolvido em um processo crescente e contínuo de mercantilização e privatização e que algumas empresas de educação estão se enriquecendo às custas do Governo Federal e se beneficiando de programas que foram criados para a inserção e facilitação de acesso do aluno à educação superior.

O texto de Ivana de Barros introduz a discussão das políticas de acesso ao ensino superior no final do século XX, e as primeiras décadas do século XXI. A expansão e as políticas de acesso através dos programas REUNI, PROUNI, FIES e IFET, afirma a autora, impactaram no problema de falta de vagas e no aumento da privatização. Conclui que tem que se desenvolver sim políticas que atendam a demanda reprimida em busca de vagas na educação para a educação profissional e tecnológica, mas também uma política pública voltada na trajetória da vida escolar do estudante, ou seja, estruturais, possibilitando condições igualitárias das oportunidades sociais disponíveis para todos os estudantes, garantindo-se a educação como prioridade, portanto, não excludente em sua finalidade, confirma Lima (2013).

O texto de Ione Barbosa Fonseca dá continuidade à discussão da inclusão no ensino superior discutindo as ações afirmativas realizadas pelo governo federal no sentido de melhorar os índices de acesso pelas classes sociais desfavorecidas, a partir da década de 1990. A autora parte do pressuposto de que essas políticas de inclusão já modificaram, não pouco, a condição de muitos nas classes trabalhadoras. No entanto, afirma que já possuímos instrumentos suficientes para compreendermos que, mesmo alterando o *status quo* de algumas pessoas, tais políticas foram planejadas de forma que não se alterasse a estrutura pela qual o capital se vale em sua reprodução.

E finalmente, o nono artigo provoca uma discussão sobre a precarização do ensino superior do governo atual tomando como referência as críticas ao processo de Bolonha. A partir da análise de textos publicados em vários veículos da grande mídia, Julie Fernanda Ferrari conclui que apesar de serem contextos diferentes, décadas diferentes, vemos em ambos os casos um forte desejo de adequação do estudante às necessidades do capital, traçando um perfil ideal de profissional.

Esperamos que o conjunto dos artigos contribua para uma compreensão mais aprofundada das várias facetas que constituem o ensino superior na América Latina, mais particularmente no Brasil, e as possíveis influências de Bolonha na criação de uma política de ensino superior para a região.

A organizadora.

